



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E
DESENVOLVIMENTO RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR O TRÂNSITO DE MÁQUINAS
AGRÍCOLAS EM RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS, REALIZADA NO DIA
24 DE MAIO DE 2024, ÀS 18H30MIN, NO PLENÁRIO ARNO DE ANDRADE,
DA CÂMARA DE VEREADORES DE ABELARDO LUZ**

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Arlindo Medeiros Junior) –
Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Oscar Gutz, que tem por objetivo discutir o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias estaduais e federais catarinenses.

Além de Abelardo Luz no dia de hoje, Campos Novos e Papanduva já realizaram audiências sobre o mesmo tema. E teremos também audiências nas cidades de Sombrio, no dia 28 de maio, e de Ituporanga, no dia 7 de junho.

O atual Código Brasileiro de Trânsito proíbe o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias. Com isso as máquinas precisam percorrer trajetos secundários ou dependem de transporte em carretas especiais para serem deslocadas.

Esta audiência, portanto, vai discutir a necessidade da utilização de rodovias para o trânsito de tratores e outras máquinas do setor agrícola, bem como as restrições de circulação que impactam no segmento, com perda de produtividade e rentabilidade.

Convidamos para compor a mesa de trabalho as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor membro da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Oscar Gutz; o excelentíssimo senhor Prefeito de Abelardo Luz, Nerci Santin; o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Abelardo Luz, Vereador Otilio da Câmara; o senhor chefe da Polícia Rodoviária Federal de Chapecó, Thiago Tonin; o senhor gerente regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) do Município de Xanxerê, Marcelo Henrique Bassani; o senhor Comandante da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, Major PM Deiber Júnior Haefliger, neste ato representando o Comandante da Polícia Militar Rodoviária, Coronel PM Marcus Vinícius dos Santos; o senhor médico-veterinário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) Regional de Xanxerê, Heitor de Sennes; o senhor presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, Fabrício Luiz Stefani; e o senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Abelardo Luz e do Município de Ouro Verde, Selvino Pereira da Silva. (*Palmas.*)



Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: o excelentíssimo senhor Prefeito de Faxinal dos Guedes, Gilberto Angelo Lazari; a senhora Vereadora de Abelardo Luz, Terezinha Dejanira Vieira Bullé; o senhor Vereador de Abelardo Luz, Antônio Tamaluski; o senhor Vereador de Abelardo Luz, Antônio de Medeiros; o senhor Vereador de Abelardo Luz, Armindo Andreis; o senhor Vereador de Abelardo Luz, Rubi Schinato dos Santos; o senhor Vereador de Abelardo Luz, Antônio Teixeira de Freitas; o senhor Vereador de São Domingos, Paulo Cesar dos Santos; o senhor Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviço Público de Coronel Martins, Jones Emanuel Maraschin; a senhora presidente do Partido Progressista do Município de Abelardo Luz, Clarice Maria de Fabris, neste ato representando o gabinete do Deputado Estadual Altair Silva; o senhor assessor Murilo Baggio Dall'Asen, neste ato representando o gabinete do Vereador de Abelardo Luz, Eguinaldo Fortes Mendes; e o senhor presidente do Partido Liberal do Município de Abelardo Luz, Wilamir Cavassini.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Oscar Gutz, proponente desta audiência pública, para presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Boa noite. Primeiramente quero agradecer a todos os presentes, a cada um e a cada uma, por compartilharem este evento conosco. Está chuvoso, sabemos que é difícil para as pessoas saírem de casa. Cumprimento os agricultores que estão aqui, é sempre uma honra estarmos juntos e é muito importante neste momento.

Esta é uma audiência pública, como já foi mencionado, já foram realizadas duas, sendo esta a terceira e em seguida haverá uma em Sombrio e outra em Ituporanga, totalizando cinco audiências públicas. E qual é o objetivo disso? É chegarmos a um consenso do melhor caminho para todos nós, em todos os sentidos.

Agradeço às autoridades aqui presentes, estou muito feliz de estar aqui no extremo-oeste de Santa Catarina, em Abelardo Luz, junto com os Prefeitos, Vereadores e Vereadoras de toda a região. É muito importante participar dessas audiências públicas, porque elas visam o bem-estar das pessoas que trabalham na agricultura, no agronegócio, dos que colocam o alimento na mesa de cada um de nós, das grandes e médias cidades. Se não fossem eles, talvez nós não tivéssemos o que comer hoje. Portanto, temos que valorizá-los e muito e por isso esta audiência pública, para fazer o que é certo. Nós queremos fazer o que é certo, não queremos fazer nada errado, precisamos respeitar as leis. Muitas vezes ouvimos que a polícia é culpada, mas a polícia não é culpada, existem leis que os policiais precisam cumprir e nós entendemos isso. É claro que sempre há a questão do bom senso, mas às vezes o bom senso não é suficiente, pois eles são cobrados. Quando alguém pega o telefone e denuncia, eles são obrigados a respeitar, a cumprir as leis.

E essas audiências públicas são justamente para isso, para tentarmos mudar alguma coisa no Código de Trânsito Brasileiro. Elas são realizadas para nos ajudar, não só aos agricultores, mas a todos que trafegam nas rodovias diariamente, que precisam ganhar o pão com o seu caminhão ou carro e muitas vezes podem sofrer acidentes por falta de batedores. Portanto, elas servem para todos nós.

Por isso estamos aqui realizando esta audiência pública, para colher sugestões, para que as pessoas possam expor suas opiniões, falar o que



sentem e o que precisa ser melhorado. Todos aqui terão a oportunidade de falar, terão o direito de se expressar. Quem depois quiser falar, basta levantar a mão, que o pessoal da Assembleia anotar o nome e a pessoa poderá se pronunciar e dar a sua sugestão, a sua ideia.

Agradeço a Deus por estarmos aqui neste momento, em um dia frio e chuvoso. Se não fosse Deus, talvez nós nem estivéssemos aqui e nem haveria audiência pública. Deus quis que esta audiência acontecesse e nos deu saúde para estarmos todos aqui.

Quero aproveitar para agradecer também ao Vereador Rubi Schinato dos Santos, ao Vereador Antônio Teixeira de Freitas e ao Vereador Bica, que caminharam conosco hoje pelo Município, nos acompanharam em vários roteiros, visitando cooperativas e sindicatos, onde fomos muito bem atendidos, passamos o dia inteiro rodando e estou muito feliz por isso. E de forma especial, quero agradecer ao senhor Wilamir Cavassini, que nos recebeu tão bem aqui em Abelardo Luz, juntamente com as lideranças do Município, a Andréia, a Ivete, o Claudedir, o Marcelino, o Lauri e o Neguinho. Quero agradecer ainda a recepção do Fabrício Luiz Stefani, do Sindicato Rural, do Silvinho, do Sindicato dos Trabalhadores, do pessoal da Caluba Sementes, do Cleomar, da Cooperfertil, e do Zeli, da Agropecuária da Luz, que nos atenderam muito bem. [*Transcrição e Leitura: Vera Regina Zacca*]

E expresso o meu agradecimento também ao Presidente desta Casa, que nos cedeu o espaço, estou muito feliz com isso. Eu estive aqui em outra oportunidade, já me deram a palavra aqui, e hoje, mais uma vez, estão nos recebendo tão bem.

(Cumprimenta os membros da mesa e os demais presentes.)

A audiência pública não é para eu falar muito, é para nós colhermos as sugestões de cada um, por isso as suas explicações são muito importantes. Ninguém precisa ter vergonha, isso é feito pela Assembleia Legislativa, a qual eu quero agradecer, em nome do Presidente Mauro de Nadal, por sempre ceder o espaço para nós fazermos as audiências públicas. Então, em nome da Assembleia Legislativa e do Presidente Mauro, deixo um abraço para todos vocês.

Agora passo a palavra para o Prefeito de Abelardo Luz, Nerci Santin, fazer a sua explicação.

O SR. PREFEITO NERCI SANTIN (Abelardo Luz/SC) – Boa noite a todos.

É com muito prazer que hoje nós recebemos esta audiência pública. Agradeço a Polícia Rodoviária Federal e Estadual, que muito nos ajudam aqui no Município da Abelardo Luz, é uma satisfação tê-los aqui conosco, Presidente da Câmara.

É uma audiência necessária, Deputado. O nosso Município é muito agrícola, temos muitas máquinas, muitos fazendeiros, muitos proprietários que sempre precisam atravessar o asfalto e realmente é muito perigoso. A Polícia Rodoviária está atenta, sempre que nós chamamos, eles vêm nos ajudar indo com o batedor na frente, mas acredito que seja muito importante para Abelardo Luz ter uma decisão de como proceder em relação a isso, porque os granjeiros, os produtores têm que andar na estrada e muitas vezes a polícia, com toda a razão, tem que multar e, eventualmente, segurar a máquina e o produtor tem que colher, aqueles que estão com o produto seco têm que trabalhar, têm que



colher e volta e meia se revoltam com isso, e com razão também, porque querem trabalhar.

É mais ou menos isso, Deputado. Agradeço a presença de vocês, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Prefeito.

Passo a palavra para o senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Abelardo Luz, Vereador Otílio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ABELARDO LUZ/SC (Vereador Otílio da Câmara) – Primeiramente quero cumprimentar o Deputado Oscar Gutz e dizer que é uma honra, uma satisfação para nós, Vereadores, estarmos recebendo vossa excelência. Quero cumprimentar também o Prefeito Nerci Santin e, no nome dele, os demais componentes da mesa. É uma alegria, uma satisfação estarmos recebendo pessoas ilustres na nossa Casa, e granjeiros, fazendeiros, agricultores e a Polícia Militar.

Quero dizer que, para quem conheceu Abelardo Luz há 54 anos, hoje o Município mudou muito e para melhor, com o trabalho dos fazendeiros, dos granjeiros e dos assentamentos.

E repito, é uma honra para nós estarmos recebendo um Deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, espero que dê uma boa reunião. É uma audiência importante, parabenizo o Deputado pela iniciativa de ouvir a sociedade, ouvir as pessoas, porque essa é uma classe que merece o apoio. Se Abelardo Luz chegou aonde chegou, é pelo trabalho do comércio e, em especial, da agricultura e dos granjeiros.

A minha saudação a todos os presentes e, Deputado, o senhor é sempre bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Vereador.

Passo a palavra para o chefe da Polícia Rodoviária Federal de Chapecó, Thiago Tonin.

O SR. THIAGO TONIN – Boa noite a todos. Cumprimento a mesa, já aqui nominada, e agradeço o convite para estar presente, em que pese Abelardo Luz estar um pouco distante de rodovia federal, mas nos fazemos presentes porque algum agricultor da região pode estar aqui e, cedo ou tarde, também fazer uso da rodovia federal com máquinas agrícolas. Então, nós estamos aqui para contribuir.

Para quem não sabe, eu também sou da região, sou nascido em Palma Sola, mas moro em Chapecó há quarenta anos, então eu conheço bastante a realidade local. Nós sabemos da importância desse tipo de transporte, da sua necessidade enquanto corre a colheita, quando todo mundo tem que colher porque senão pode perder, mas nós também temos que tomar conta do trânsito para evitar que ocorram acidentes, até faz algum tempo que não ocorrem, mas já aconteceram vários na nossa região e podem trazer reflexos para o produtor e para a família de outras pessoas. E nós, enquanto policiais, somos demandados e temos que averiguar a situação e tentar, com cautela, resolvê-la naquele momento.

Eu agradeço a oportunidade, mais uma vez, e desejo uma boa audiência pública a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Thiago.



Passo a palavra para o gerente regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), de Xanxerê, Marcelo Henrique Bassani.

O SR. MARCELO HENRIQUE BASSANI – Boa noite a todos. Quero cumprimentar o Prefeito Nerci Santin, o Deputado Oscar Gutz, que propôs esta audiência pública tão importante para o oeste catarinense e para toda a sociedade, principalmente pelo agro, que move a economia da nossa região e do nosso país, também cumprimento o Vereador Otílio da Câmara, o Prefeito Beti, de Faxinal dos Guedes e os demais integrantes da mesa e, principalmente, os agricultores, os produtores que trazem alimento à mesa.

Nós, da Epagri, também estamos sensibilizados a essa situação discutida nesta audiência pública, de uma forma ou de outra nós temos que encontrar a solução, porque se o agricultor está transitando pelas estradas, não é por estar passeando e, sim, por estar produzindo. Então, temos que encontrar formas dele circular, sejam estradas paralelas, sejam corredores, nós temos que encontrar uma solução. Há todo um transtorno que isso causa, tem a questão da energia elétrica, que pode faltar por ser derrubado um poste, e a Internet, que pode deixar sem comunicação uma comunidade, uma sociedade. Então, temos que colocar isso tudo na mesa e encontrar a melhor forma de tratar desse problema.

Parabéns pela proposição e que seja uma ótima audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Marcelo, pelas palavras.

Passo a palavra para o senhor Comandante da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, Major PM Deiber Júnior Haefliger.

O SR. COMANDANTE MAJOR PM DEIBER JÚNIOR HAEFLIGER – Boa noite a todos, Deputado, Prefeito, Presidente da Câmara, Tonin, todos os já nominados aqui pelo protocolo e todos os presentes.

Deputado, da nossa parte, agradecemos pela audiência de hoje. A situação das máquinas agrícolas nas rodovias estaduais é um problema recorrente aqui, diz a Constituição que a Segurança Pública é dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos. Assim, que todos nós aqui hoje, reunidos e organizados, possamos dar uma resposta para esse problema.
[*Transcrição e Leitura: Grazielle da Silva*]

Quero dizer que a Polícia trabalha sempre usando o bom senso em favor da segurança de todos e estamos aqui para ouvir os senhores e ajudar no que for possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado pelas suas palavras.

Passo a palavra para o médico-veterinário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) da Regional Xanxerê, Heitor de Sennes.

O SR. HEITOR DE SENNES – Obrigado, Deputado, pelo convite feito à Cidasc. Quero cumprimentar a mesa, o Deputado, o Prefeito e os ouvintes.

A Cidasc não tem exatamente uma posição sobre o assunto, mas está pronta para contribuir no que for necessário.

Como cidadão, eu acho que todos devem entrar num acordo, num consenso, porque o agricultor precisa transitar com as suas máquinas e levar o seu produto e, ao mesmo tempo, o cidadão também tem o seu direito de transitar sem ter problemas. Então, eu acho que temos mesmo que conversar e



chegar a um consenso e a Cidasc está à disposição para contribuir no que for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado pelas palavras.

Passo a palavra para o senhor presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, Fabrício Luiz Stefani.

O SR. FABRÍCIO LUIZ STEFANI – Obrigado, Deputado.

Quero cumprimentá-lo e agradecer pela oportunidade de estarmos reunidos aqui, esta noite, e cumprimentando o Prefeito, cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

Deputado, eu tive o prazer de conhecê-lo rapidamente hoje, após o almoço, e quero reiterar meus votos sinceros de gratidão por esta audiência, que o senhor conseguiu trazer hoje aqui para o Município de Abelardo Luz.

Abelardo Luz é a Capital Nacional da Semente de Soja, o que já demonstra a importância e a grandiosidade do Município. E temos aqui principalmente rodovias estaduais, como os colegas da Polícia mencionaram antes, o que talvez seja um desafio ainda maior, por serem rodovias menores. As máquinas estão cada vez maiores e as nossas rodovias não evoluíram em seus tamanhos, o que é um desafio ainda maior para nós resolvermos ou acharmos alternativas.

Temos também a iminência de uma nova rodovia que cortará o Município de Abelardo Luz até o Município de Passos Maia, ou seja, cortará várias propriedades rurais, sendo que a característica do Município é não ter grandes propriedades, na sua maioria são pequenas propriedades e produtores que têm mais de uma área. Então, o deslocamento de máquinas é fundamental, pois não há como ter um parque de máquinas em cada propriedade.

Acho que é de suma importância o que nós estamos fazendo aqui hoje, que é achar alternativas e sensibilizar, principalmente os Deputados, primeiramente os Estaduais e depois os Federais, para que nos ajudem nessa empreitada, que não é fácil.

Quero também agradecer especialmente ao pessoal da Polícia Rodoviária Federal, que até hoje só tem nos ajudado. Falando como presidente do Sindicato, até hoje não tivemos nenhuma reclamação de algo mais rígido que a Polícia possa, por ventura, ter feito ou simplesmente ter cumprido a lei. Não, sempre houve bom senso. Então, quero agradecer aos colegas da Polícia.

Obrigado, Deputado, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Fabrício, pelas palavras. Acho que estamos chegando a um consenso e as suas palavras foram muito válidas.

Quem quiser se pronunciar, pode se inscrever com a Luciana, da Alesc, que está aqui. Hoje é dia de vocês aproveitarem para falar o que vocês acham que é melhor para nós, agricultores. Eu sou agricultor também, mas é muito importante que vocês, que são aqui da região, dêem as suas sugestões, a sua colaboração, para depois nós levarmos para a Comissão de Agricultura federal e para a Comissão de Transportes e para chegarmos aos Deputados Federais e Senadores e ao Ministério dos Transportes e, com isso, ver se conseguimos mudar. Então, acho que é muito importante a colaboração de vocês aqui hoje, é para isso que serve esta audiência pública.



Passo a palavra para o senhor presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abelardo Luz e Ouro Verde, Selvino Pereira da Silva (Dino).

O SR. SELVINO PEREIRA DA SILVA – Cumprimento o senhor, Deputado Oscar, o Prefeito, o Presidente da Câmara e todos da mesa e os demais presentes.

A minha fala terá quase as mesmas palavras da fala do nosso presidente do Sindicato Rural, sobre a necessidade de haver bom senso, porque a nossa agricultura é grande, Abelardo Luz é muito grande e pega esse tráfego da 155, que não é pouco, e como bem falou o presidente do Sindicato Rural, ela não evoluiu na largura para o maquinário que temos hoje. E nós temos uma estrada quase com o movimento da 155, que é onde o senhor foi, para o lado da Caluba, que estamos esperando o asfalto e, se Deus quiser, chegará em breve. Todo mundo melhorou o seu maquinário, inclusive nós, da pequena agricultura, e é muito importante poder, em muitos lugares, atravessar e fazer quilometragem.

Como foi frisado muito bem nas palavras, tanto da Polícia Federal, quanto do representante da Polícia Estadual, é importante haver bom senso pelo menos na época de colheita e de plantio, porque também as plantadeiras hoje são todas grandes. Em resumo, tem que haver bom senso, uma lei que possa proteger o agricultor e, também, talvez colocar várias placas com instruções. É muito importante que se faça isso, porque a agricultura não pode parar no nosso Município, que como já foi bem frisado pelo presidente, é a Capital Nacional da Semente de Soja.

E gostaria de cumprimentar o nosso Secretário de Agricultura, Luiz Carlos Gomes, o Kike, como nós chamamos, que se encontra na platéia e também é um agricultor muito importante de Abelardo Luz, um pequeno agricultor como eu sou.

São essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, presidente.

Acho que o pessoal está meio tímido hoje, ninguém se inscreveu ainda. Vocês não querem uma melhoria nas nossas rodovias? Não querem nada? Vamos lá, pessoal, vamos fazer a inscrição e falar um pouco, nós sabemos que as coisas não saem no primeiro dia, mas temos que fazer algo, não é?

E como é bom quando eu escuto aqui que hoje as máquinas são grandes nas rodovias ou nas SCs, que a turma colhe bastante em um dia. Isso é bom para nós, porque quanto mais se produz, melhor é para o Brasil, para o Estado, para o Município, para nós todos. As máquinas evoluíram, se nós olharmos quinze, vinte anos atrás, quase não existiam máquinas grandes na nossa região, não é? Isso prova que o povo, tanto no oeste, como em todo o Estado de Santa Catarina, está produzindo mais e está querendo cada vez produzir mais e por isso tem que ter máquinas grandes. E este debate de hoje é justamente para isso, para nós vermos o que podemos melhorar.

Eu fui Prefeito de Pouso Redondo por duas vezes e nós tivemos que alargar as pontes porque as máquinas não passavam, Prefeito. Antes as máquinas eram pequenas e hoje são grandes e isso é importante porque a produção rende mais, mas por isso muitas vezes as próprias máquinas têm que andar um pouco na BR ou em uma SC, que seja, às vezes 500 metros, 1.000 metros e o agricultor não vai pagar por uma prancha porque custa caro para ele. Então, ele tem que ter o direito de andar esse trecho, ou um trecho mais



cumprido até, mas sempre com segurança, com batedor. Essa é a questão que nós estamos debatendo aqui, nós não estamos julgando nem a Polícia e nem o agricultor, nós estamos aqui para chegar a um consenso, as máquinas estão cada vez maiores e nós temos que ter mais liberdade, porque não tem como nós fazermos marginal em todas as SCs e em todas as rodovias federais, não tem como, não é? E como não há como fazer, nós temos que chegar a um consenso. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Na Europa as máquinas andam nas rodovias, mas claro, tem estipulado horário para não sair de madrugada, não sair à noite. E tem vários sentidos, não é, Rotta? O Rotta e a Clarice estão aqui representando o Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Altair Silva. O Rotta não perde uma, pode ser lá em Brasília que ele vai. Nós fizemos quatro audiências públicas, algumas junto com o Deputado Altair Silva, outras não, sobre a questão do leite, começamos a trabalhar no ano passado e agora estamos vendo os reflexos disso. Os produtores de leite sabem do que estou falando, foi uma luta praticamente de um ano realizando audiências públicas, viajando para Brasília, pegando vãos pela manhã em Florianópolis e voltando à noite, para conseguirmos falar com o Secretário, com o Ministro, mas, graças a Deus, deu resultado.

E agora o Governador Jorginho Mello também deu uma boa melhoria no Programa Leite Bom. E é ótimo que ele tenha feito isso, pois cobramos muito dele – acredito que nunca antes um Governador fez isso – e graças à população, que participou das audiências públicas, que levou as suas sugestões, reivindicações e reclamações e foi ajudando. Nós, sozinhos, não resolvemos as coisas, podemos ajudar muito vocês, mas precisamos muito das entidades, das cooperativas, dos sindicatos, dos agricultores e da população, porque tudo isso fica gravado, registrado, e é encaminhado para Brasília.

Portanto, gostaria que vocês não fossem tímidos hoje, cada um que puder se expressar, que se expresse, que coloque a sua sugestão, pois é muito importante.

Passo a palavra para o senhor Alvear Roque De Fabris.

O SR. ALVEAR ROQUE DE FABRIS – Obrigado, Deputado.

Quero saudar o Deputado Oscar, o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara, senhor Otilio, e todos os presentes, agricultores e lideranças. Também cumprimento a Polícia Estadual e a Polícia Federal e a imprensa, que desempenhará um papel importantíssimo na divulgação do resultado que será extraído desta audiência pública. Ainda, gostaria de saudar a minha esposa, Clarice, os Prefeitos e os Vereadores da região e todas as lideranças aqui reunidas.

Este é um ato importantíssimo para que possamos equalizar as dificuldades com as soluções. A via, todos nós sabemos, nos dá o direito de ir e vir, mas tem que ser com segurança. Os produtores – eu também sou produtor e já enfrentei essa dificuldade de transitar em rodovias e vias municipais – observam que isso gera um risco, porque altera o funcionamento da via. Portanto, essas discussões vêm fazer com que consigamos extrair as melhores soluções para adequar uma legislação, de modo que todos possam transitar com segurança. Os produtores, mais do que nunca, precisam das vias para deslocar as suas máquinas. O Fabrício colocou muito bem a questão dos proprietários que às vezes possuem mais de uma propriedade ao longo da via, mas há muitos proprietários que são lindeiros da via, ou seja, a mesma



propriedade está de um lado do asfalto e também do outro e é difícil para esses proprietários obterem uma autorização para usarem constantemente essa via, sendo que eles precisam atravessar e transitar com segurança. Muitas vezes eles usarão apenas alguns metros dessa via, mas precisam dela para realizar o seu trabalho na agricultura. A via passa a ser quase um segmento dentro da propriedade.

E qual é a minha opinião? Logicamente, respeitando a opinião de todos, mas que fosse estabelecido pela legislação um mínimo de velocidade para que as máquinas transitem na via durante um horário, por exemplo, pela manhã das 7h às 10h, e no período da tarde também. Às vezes as famílias que usam as vias não são produtores, ou até são, mas estão viajando com seus veículos com potencial maior de velocidade e se deparam com obstáculos na via, andando numa velocidade muito menor, e eles também precisam transitar com segurança. Então, a minha sugestão é que sejam estabelecidos horários e normas, um batador na frente da máquina e outro atrás já resolveriam muito bem o problema e estipular um determinado horário e sinalizar a máquina, colocando placas que destaquem bem esse maquinário.

Não é sempre que acontecem, mas já ocorreram muitos acidentes com máquinas agrícolas aqui na nossa SC e ninguém quer isso, ninguém quer perder vidas, seja de agricultores ou de viajantes que utilizam a via. Temos caminhões grandes que transitam pela via e tudo isso gera adversidades e dificuldades, então um ponto de partida seria estabelecer normas e publicidade para que, quem transitar nessas vias, saiba que ali existe um regulamento e é necessário adequar-se a ele, porque se o produtor estiver fora desse regulamento a polícia poderá multar.

Essa é a minha sugestão, acho que a discussão é importantíssima, porque a partir dela podemos extrair as normas. E a norma principal deve ser fundada na segurança de quem vai utilizar a via. Todos devem utilizar a via, mas com segurança, e que isso seja incluído na legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Muito obrigado pelas suas palavras.

Registro a presença da senhora Rosane Gotardo, presidente do PL Mulher, de Abelardo Luz. Seja bem-vinda.

Passo a palavra para o senhor Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos de Coronel Martins, Jones Mareschin.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL JONES MARESCHIN (Coronel Martins/SC) – Boa noite a todos.

(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)

Eu sou Secretário de Obras do Município de Coronel Martins e também agricultor. A nossa necessidade e a do Prefeito também é a circulação diária de máquinas, como retroescavadeira, patrola e rolo. Os agricultores têm a necessidade de que seja prestado esse serviço.

Eu fui Vice-Prefeito em 2013 e sabemos, Prefeito, que há cobranças dos agricultores, eles cobram também os Deputados e nós nos sensibilizamos com a agricultura, pois somos agricultores também. O nosso problema maior é a questão da silagem. A Prefeitura disponibiliza esse trabalho com ensiladeira com carretão e temos que circular em cima da via.

Outra questão importante que vejo é a sinalização, como o senhor disse. Mas a questão do horário, vejo por nós, que quando colhemos a silagem temos



que aproveitar o dia, então é difícil para nós que estamos no dia a dia. Para o agricultor, o risco é muito grande de um acidente com máquina agrícola, já aconteceu um no nosso Município e nós ficamos ansiosos com isso. O Marcelo é da nossa terra e sabe, o senhor Heitor também trabalhou lá, conhece o nosso Município, como todos os Municípios pequenos.

Nós parabenizamos a Assembleia Legislativa, o Deputado Mauro de Nadal frequentemente vem ao nosso Município, conhece a nossa realidade. Então, nós pedimos o auxílio de vocês, para que nos ajudem.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Reparem que nós estávamos falando somente da agricultura, mas vejam a dificuldade das Prefeituras, que têm que andar com as patrôas e com os rolos na beira do asfalto. Não tem jeito, tem que ter diálogo.

Passo a palavra para o senhor Sérgio Dalben, de Abelardo Luz.

O SR. SÉRGIO DALBEN – Boa noite, Deputado Oscar. Em nome do Prefeito Nerci Santin, saúdo todas as autoridades da mesa e também os senhores e as senhoras que vieram até aqui para tratar de tão importante tema.

Quero primeiramente falar, Deputado, da satisfação de ter conhecido pessoalmente o senhor hoje. Quero dizer que o senhor veio ao local certo, Abelardo Luz.

Eu falo pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Abelardo Luz, porque sou da diretoria, junto com o Fabrício Luiz Stefani, mas também falo como pequeno produtor, embora aqui não se trate de pequeno ou grande produtor, pois todos utilizam as rodovias estaduais, mas acho interessante pontuar algumas coisas. [Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

Eu participei e tenho certeza de que essa é a intenção do Deputado: há um projeto de lei na Assembleia que traça alguns pontos que devem ser considerados para a discussão e aprovação. No entanto, não vi isso neste documento que imprimi da Assembleia hoje, Deputado. Eu vi aqui as pontuações do Alvear, seria bom para que o pessoal saiba qual a proposição que a Assembleia está propondo, porque isso é um projeto de lei. A audiência pública tem o objetivo de angariar elementos para formar a lei.

Falou-se aqui de bom senso, com certeza, é isso que precisamos, porque estamos em um Município, Deputado, que deve ser um dos três maiores em área de Santa Catarina e é o segundo maior produtor de grãos de Santa Catarina. Portanto, temos máquinas agrícolas, não apenas do grande produtor, mas também do médio e pequeno.

E sobre as rodovias, como frisou o Fabrício Luiz Stefani do sindicato, o proprietário, felizmente, tem mais de uma propriedade e precisa se deslocar. Se depender de autorização para esse deslocamento, é impossível, não consegue, é muito demorado.

É importante que a Polícia Rodoviária Federal e a Estadual estejam presentes. Temos contado com a simplicidade, como o Fabrício já mencionou, mas, antes de tudo, com a inteligência e o entendimento da Polícia Rodoviária, que têm sido nossos parceiros.

Parabenizo a Assembleia, por meio do senhor Deputado, pela iniciativa, pois temos o Código Nacional de Trânsito de 1997, que está quase completando trinta anos. Vejam bem, senhores produtores que circulam: o Código Nacional de Trânsito é de 1997, tem quase trinta anos. E a Assembleia, felizmente, tomou



a iniciativa. O Estado tem resoluções; eu sou advogado e conheço poucas resoluções para autorizar o trânsito de máquinas nas rodovias, e olha que advogo há alguns anos. Então, parabênizo a Assembleia pela iniciativa.

O Estado demorou a tomar essa iniciativa, quantos acidentes foram causados? Nós não podemos pensar apenas no produtor, pois sei que todo mundo aqui é produtor, assim como eu. Mas quando estou andando em uma rodovia longe do meu Município e há uma máquina trancando o meu carro, eu não gosto, ainda mais se estiver com um pouco de pressa para transitar. Portanto, é preciso ter consciência. Eu tenho o direito de transitar com a minha máquina na rodovia, mas também preciso salvaguardar o interesse do condutor que não tem nada a ver com isso e tem algo para fazer com hora marcada, como uma consulta em Chapecó, Pato Branco ou Curitiba e se depara com duas máquinas à sua frente – este é o bom senso que a polícia tem demonstrado aqui no nosso Município. Também temos uma rodovia estadual que atravessa Abelardo Luz e outra rodovia que será inaugurada e muitos problemas surgirão, mas precisamos contar com o bom senso e também entender a situação de quem transita.

Por isso, o projeto de lei que tenho aqui – que não sei se é o vigente – propõe sinalização nas máquinas e fixação de horários, como pediu o Alvear. Há várias condicionantes sobre as quais, tenho certeza, a Assembleia Legislativa vai ponderar depois dessas cinco audiências públicas que realizará.

Nós, produtores rurais, precisamos e contamos, Deputado, com a sua inteligência e com a sua vontade, e sei que vocês estão fazendo isso. Então, em nome do Sindicato, em nome dos produtores de Abelardo Luz, parabênizo o senhor pela bela iniciativa.

Portanto, os produtores de Santa Catarina, não só aqueles que produzem aqui, mas também por todo o Estado, ficarão muito felizes se forem atendidos pela iniciativa [da Assembleia Legislativa] em baixar alguma resolução ou lei estadual. Tenho certeza.

Eu vi aqui no projeto que os autores são o senhor e o Deputado Altair Silva, parabéns. O Sindicato e o povo de Abelardo Luz agradecem pela iniciativa e pela distinção de terem vindo nos ouvir aqui em Abelardo Luz.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado pelas suas palavras.

Esse projeto de lei que você tem em mãos, no qual eu e o Altair Silva somos autores, serve para começarmos a sinalizar as rodovias estaduais e agilizar as ações. Então, tudo vai se ajeitando e dando certo.

Passo a palavra para o senhor Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Abelardo Luz, Luiz Carlos Gomes. Olha, [o sobrenome] Gomes tem bastante lá na nossa cidade, eu acho que são todos parentes do Secretário. Você veio de Pouso Redondo, pelo sobrenome tem bastante lá.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL LUIZ CARLOS GOMES (Abelardo Luz/SC) – Boa noite a todos. Caro Deputado, em seu nome e do Prefeito Nerci Santin, saúdo todos da mesa.

Gomes tem bastante, mas não sou de lá, sou natural daqui mesmo, Deputado, quem sabe tenhamos algum parentesco, mas acho que não.

Deputado, primeiro, quero parabenizá-lo, já participamos das audiências quando se tratava do assunto do leite, como o senhor mencionou. Eu quero parabenizar a Assembleia e o senhor, pois foram várias reuniões. Eu participei



de apenas duas, em São Miguel e Seara, se não me falha a memória. O povo lá estava muito mais participativo, diga-se passagem, porque a situação era bem mais delicada, porém, acho que a iniciativa tem que ser exaltada, Deputado. Também percebemos o empenho dos senhores, tanto da Assembleia quanto da Comissão de Agricultura, em tentar nos ajudar. Eu, em particular, conversei com várias pessoas que participaram das reuniões e digo que algumas coisas saíram justamente delas, e acredito que o Deputado tenha ciência disso.

A questão das máquinas agrícolas, como o Alvear e o Sérgio colocaram, além das sinalizações, falo aqui não como Secretário de Agricultura, mas como agricultor e como produtor de leite. O colega que me antecedeu comentou em relação ao trânsito de máquinas para fazer silagem e plantio, então há dificuldade de estipularmos um horário do produtor que precisa tirar sua silagem ou fazer algum trabalho, porque não tem horário fixo. A maioria das vezes os operadores da própria Prefeitura terminam a silagem em um produtor e logo se deslocam para outro, principalmente no final de semana, quando em muitas das vezes procuram aproveitar os horários. Não tem hora para começar e não tem hora para terminar.

A questão da sinalização talvez seja uma das coisas mais importantes, como o Sérgio falou, muitas vezes todos nós estamos quase sempre atrasados, então, sempre que há uma máquina na frente, você entende, mas fica *p* da vida porque está te atrasando.

Acredito que a questão da sinalização seja crucial. Não sei se isso por lei é permitido, mas acho que deveria ser analisada a possibilidade de, além dos batedores, haver uma sinalização diferenciada, algo talvez similar a das ambulâncias, uma sinalização que pudesse ser visualizada a uma distância maior, para que os motoristas pudessem se precaver de alguma situação.

Salvo engano, há a questão da CNH de quem está operando essas máquinas. Hoje, quem é produtor sabe, a gurizada já nasce em cima de um trator, de uma máquina, e já sabem operar. Ai se pegarem um guri hoje com a carteira A ou a B transitando, me corrija se eu estiver errado, ele não pode. Teria que ter a carteira C. Como é que um guri de 18 anos consegue? Ele não consegue. E isso vai causar um problema, até correr o risco de perder a sua CNH, pois está operando uma máquina [sem a carteira] permitida. Nesse sentido acho importante que se avalie essa situação, porque a maioria dos produtores na nossa região são produtores familiares e estão envolvidos o pai e os filhos. Os filhos, às vezes, têm 16 anos, 17 anos, 18 anos. E isso é uma situação delicada e precisamos chegar a um consenso que atenda não só os produtores, mas também a população, de modo que ninguém saia prejudicado.

Se fosse um tema fácil, eu acho que não teríamos esta audiência, mas é necessário que se avaliem todas as possibilidades e que sejam levantadas todas as questões para que possamos ter um melhor desenvolvimento ao longo do tempo. Sabemos que não é algo de curto prazo, mas, quando se inicia, conseguimos chegar a um consenso.

O meu muito-obrigado pelo espaço também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Secretário.

Quem quiser comentar ou argumentar alguma coisa, é só levantar a mão que a assessoria vai até vocês com o microfone.

Fiquem à vontade, não sejam tímidos, acho que à hora é agora, olhem quantas sugestões já surgiram aqui neste momento. O Secretário falou algumas



coisas que precisamos repensar. Tem o problema da carteira, realmente bem colocado, onde há situações em que não é permitido. Realmente, o filho do agricultor já nasce tratorista, já nasce operador de máquina, porque o pai e a mãe ensinam, não é? Eles são da lida, ninguém impede, está no campo, está tudo certo. Então, temos essas dificuldades que vamos enfrentar.

Gostaria que vocês hoje se pronunciassem. Eu vi que alguns agricultores, antes, quando falei com eles, estavam bem alegres, mas agora estão meio tímidos. As mulheres da agricultura, vamos nos pronunciar aqui, acho que seria muito bacana. Ainda temos tempo, não é? Está tranquilo o tempo ainda. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Vera Regina Zacca]

Passo a palavra para o Vereador Rubi Schinato dos Santos, de Abelardo Luz.

O SR. VEREADOR RUBI SCHINATO DOS SANTOS (Abelardo Luz/SC)

– Excelentíssimo senhor Deputado, seja bem-vindo a Abelardo Luz, muito obrigado. Com esses encaminhamentos que o senhor está fazendo, já no seu primeiro mandato, demonstra ser uma pessoa preocupada com o progresso dos Municípios de Santa Catarina, receba a minha saudação; senhor Prefeito Nestor Santin, da mesma forma, em nome dos senhores, saúdo os demais componentes da mesa: seu Otílio, da Câmara, nosso Presidente, em seu nome, também saúdo os demais Vereadores que aqui estão; o Prefeito de Faxinal dos Guedes, obrigado pela presença. Também o presidente do PL de Abelardo Luz, seu Wilamir Cavassini, que também é uma pessoa muito preocupada com as causas da agricultura; dona Rosane, do PL Mulher; enfim, minha saudação a todas as senhoras e senhores.

De repente, vocês estão se perguntando? Mas por que o Rubi, que nunca foi agricultor? É verdade, mas eu fui policial e ouvi vocês falando de bom senso. Antes de eu entrar e falar um pouquinho sobre essa linha tênue que transita entre o direito e as responsabilidades, irei pontuar algumas situações, mas antes disso, farei duas colocações: primeiro agradecer e parabenizar a minha amada esposa, que está fazendo aniversário hoje – e ela está aqui me acompanhando –, nós somos como carro e gasolina se um faltar o outro não anda, nós temos que estar juntos. Ela sabe o quanto a amo e agradeço por ela estar aqui. Segundo, contar uma historinha sobre o Deputado Oscar Gutz, me permita Deputado – é a terceira vez que o senhor vem para Abelardo Luz. Nós estivemos no seu gabinete e apresentamos o Prefeito Nestor Santini, aqui do Município de Abelardo Luz, e falamos ao Deputado sobre o potencial humano, agrícola e turístico que temos aqui. E ele nos disse que viria aqui e veio. E na primeira vez em que veio dissemos a ele: gratidão por ter vindo a Abelardo Luz, na próxima eleição nós vamos dobrar sua votação, aqui em Abelardo. Ele ficou muito contente e nós ficamos cheios de razão. Então ele [voltou aqui] e perguntou quantos votos ele havia feito? Ficamos um pouco perdidos, mas ele disse: eu sei, que fiz um voto em Abelardo Luz. Ele fez apenas um voto em Abelardo Luz! Mas ele reconheceu a importância e o valor do nosso povo e é por isso que ele está aqui. Muito obrigado a vossa excelência, Abelardo Luz está muito grata por tê-lo aqui.

Quero então falar sobre a área em que atuei. Muitas vezes, realizando patrulhamento nos deparamos com pessoas que sofreram acidentes e que perderam a vida. Este projeto, além de regulamentar o trânsito das máquinas, traz consigo uma dimensão do amor à vida, do amor ao próximo, porque não queremos perder nenhuma pessoa em acidentes de trânsito em nossas



rodovias, porque muitos desses acidentes aconteceram. Pior ainda, senhores agricultores, os condutores das máquinas na maioria das vezes não foram indenizados, mas sim tiveram que indenizar as vítimas. Então, vejam a importância que esta regulamentação tem.

E quero fazer a defesa, mesmo não havendo necessidade, porque eu ouvi aqui várias pessoas falando: nós temos que ter o bom senso. Realmente, a polícia tem que ter o bom senso. Só que o doutor Sérgio, um operador do direito, disse muito bem: nós temos que cumprir a lei. Se eu estou na estrada e uma máquina está na minha frente e eu resolvo chamar a polícia, ela não vai poder usar o bom senso, porque se ela usar o bom senso ela vai prevaricar, e aí o policial estaria cometendo um crime.

Então os senhores têm que entender que quando se propõe uma audiência pública, nesta dimensão que o senhor está propondo, nós precisamos estar cientes de que também temos nossa responsabilidade, como prevê o artigo 144 que diz que a segurança pública é direito e dever de todos. A Polícia Militar é o órgão público. Sendo assim, se foi definido um horário determinado, que todos nós sigamos aquele horário para o bem e pela segurança de todos.

Eu acredito que a maturidade da sociedade e dos operadores de segurança, que são os policiais, tanto federais, quanto estaduais, é fundamental. E que cada um faça a sua parte. Se cada um fizer a sua parte, os senhores não tenham dúvida de que quem vai ganhar somos todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado.

Ninguém mais se inscreveu, né? Mais alguém gostaria de falar? Fiquem à vontade, é só levantar a mão.

Passo a palavra para o senhor Deiber Júnior Haefliger.

O SR. COMANDANTE MAJOR PM DEIBER JÚNIOR HAEFLIGER –

Apenas para colocar também à mesa, essa situação das máquinas agrícolas, das ceifas, é um problema recorrente nas nossas rodovias e nós já fizemos várias reuniões com os produtores rurais, com sindicatos, com a região de Palma Sola, Campo Erê e toda a nossa região, que é muito grande. Em uma dessas reuniões, somente para ficar registrado, nós explanávamos aos agricultores - e queria ouvir os senhores aqui se isso é verídico - que a ceifa para andar na rodovia tem que estar em cima da prancha. Aí os agricultores colocaram lá, Deputado, que essa legislação funciona assim, tanto aqui em Santa Catarina como no Brasil, mesmo com todas as diferenças geográficas, e os produtores nos colocaram que seria impossível e seria inviabilizada a agricultura, haja vista que exista aquele período de carência para se plantar, para se passar o veneno e para se colher. E, em virtude da nossa geografia, muitas propriedades aqui são divididas, estão em uma área e em outra. E nesse período em que o produtor estava colhendo numa propriedade, existem outras ceifas colhendo em outras propriedades, e para que esse condutor, para que esse proprietário desmontasse a ceifa para colocar em cima de uma prancha levaria mais de um dia, dois dias, três dias. Além disso, necessitaria da mão de obra de duas, três, quatro, cinco, seis pessoas. Ou seja, se fosse cumprida a lei inviabilizaria a agricultura na região, pois não haveria pranchas suficientes, não haveria mão de obra suficiente para desmanchar a ceifa, colocar em cima da prancha e levar para viajar.



Então, gostaria de ouvir os senhores se isso realmente é verdade, se isso confere, porque se nós formos cumprir a legislação à risca inviabilizaria a agricultura na nossa região, para que conste nos autos, né, Deputado.

Também falar sobre a cultura do cidadão brasileiro, diferente da cultura do cidadão da Europa e dos Estados Unidos. O senhor mesmo falou que várias vezes lá na Europa, quando a população passa por uma ceifa ou por máquinas agrícolas na rodovia, há um certo respeito, e que aqui na nossa cultura é muito diferente. Então, caso seja aprovado o trânsito de máquinas agrícolas nas rodovias, com escolta, que seja legislado, que haja também campanhas de educação para nossa população aceitar que aquela máquina que está na rodovia, que aquele colono que está lá dirigindo aquela máquina, trabalhou sábado, domingo e feriado, que está trabalhando ali para não perder o período de carência da colheita, de veneno, que precisa estar ali transitando para que a nossa população também – e nós sabemos a realidade das nossas rodovias – tenha mudança de cultura para aceitar isso e assim todos nós evitarmos acidentes e dores de cabeça.

Nós falamos muito do bom senso aqui, nós sabemos que tem pessoas boas e pessoas ruins em todos os meios. Nós atuamos sob demanda, como falou o colega militar da reserva, Vereador, nós não podemos prevaricar. Então, nós estamos na rodovia fazendo a fiscalização, sempre que somos demandados ou constatamos uma situação de extremo perigo, mas é quase inconcebível que atualmente, com todas as informações que temos, com todos os problemas que temos com a legislação, nós encontrarmos condutores de tratores ou de ceifas conduzindo ela na rodovia durante a noite, sob forte neblina, sem iluminação e sem qualquer sinalização, porque isso coloca em risco toda a população que circula por nossas rodovias.

Então, enquanto não haver a mudança de legislação, que tenhamos todos o bom senso, a população que usa a rodovia, mas também os agricultores. Pois, como disse o Vereador, o colega que é advogado: se houver um acidente com a máquina agrícola sobre a rodovia, o condutor, o agricultor, está errado, porque aquela máquina não deveria estar naquela rodovia. Ocorrendo o acidente, ele vai ser responsabilizado. Se aquela pessoa ficou com sequelas, ele vai ter que indenizar a família e aquela pessoa por toda a vida. Então, nós temos que ter consciência também dessa situação.

O colega falou sobre a habilitação. Os tratores agrícolas hoje, cumprindo certos requisitos, podem circular em rodovias desde que cumpram esses requisitos de estar registrado no Renagro; ter certos requisitos essenciais de segurança; o condutor, se for uma máquina agrícola ou um veículo automotor destinado a serviços agrícolas, pode dirigir com categoria B, já se for maquinário de pavimentação, terraplenagem ou serviços civis, ele tem que ter, no mínimo, categoria C, D ou E, obedecendo ainda às dimensões do maquinário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Muito bem explanado. Tem que deixar bem claro, foi muito bem colocado. [*Transcrição: Eduardo Adami / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Passo a palavra para o senhor Thiago Tonin.

O SR. THIAGO TONIN – Então, só colaborando aqui com o que o Major Haefliger colocou na Amosc, em Chapecó, que é a Associação dos Municípios do Oeste Catarinense, enquanto eu ainda não era chefe da Delegacia foram realizados com a gestão anterior diversas reuniões com os sindicatos, com os produtores rurais, com todos os envolvidos com máquinas agrícolas na região. E



a ideia de resolução foi oficiada ao Senatran, que é a Secretaria Nacional de Trânsito, e essa resolução, com uma minuta a ser avaliada e que está andando, até mostrei aqui para o Haefliger, no *site* já tem a minuta dessa resolução, contendo requisitos mínimos, exigências mínimas, regulamentando essa questão do trânsito de máquinas agrícolas. Mas assim, independentemente disso, e depois eu até posso passar aqui o *link* da notícia se alguém se interessar em analisar, haverá alguns requisitos. Não tem como nós termos uma máquina de 5 metros de largura rodando numa rodovia sem estar embarcada, porque ela vai impedir o fluxo nos dois sentidos. E aí um acidente vai acontecer, é questão de tempo.

E, ao mesmo tempo em que essa resolução foi enviada ao Senatran, que é nacional, que daí o Contran regulamentaria, foi encaminhado também ao Setran, que é estadual e que aí regulamentaria também a questão do trânsito em máquinas agrícolas em rodovias estaduais. Então elas estão andando em conjunto, o Deputado Altair Silva está ciente desses encaminhamentos, desse procedimento que está sendo adotado. Acredito que seja questão de tempo, porque para ser feita uma resolução tem que ser ouvidas pessoas que entendem do assunto de trânsito, tem que avaliar questões técnicas e ela levam um pouco de tempo, como é um processo legislativo. Você faz audiência pública, discute, a votação é mais rápida em um projeto de lei, né?

Em uma resolução do Contran, que envolve uma questão tão complexa como essa, que muitas vezes não é somente o que vai estar lá regulamentado na resolução que vai influenciar, porque a gente tem outros fatores, como já foram aqui colocados antes pelo colega. Nós enfrentamos uma questão de problema de infraestrutura viária. As estradas, principalmente as estaduais, geralmente não são dotadas de acostamento. Então, um carro já está no limite da via, um caminhão está no limite e quem dera uma máquina agrícola, que tem dimensões já um pouco excedentes e que às vezes ultrapassam até a própria pista.

Então as resoluções, quando vierem, vão ter esses requisitos mínimos também, mas vão ter algumas exigências também que vão tentar apaziguar esse lado para que permita que a sociedade tenha segurança em transitar nas rodovias, sejam federais ou estaduais, mas o produtor também tenha a sua proteção para poder exercer o seu labor também, porque é importante. Quando essas questões chegam ao Ministério do Transportes, no Senatran ou no Setran, aqui em Santa Catarina, nós temos que discutir a viabilidade técnica e tudo mais para que consiga chegar num acordo que atenda a todos. Às vezes, até na própria resolução vai pegar um caso específico em que não conseguirá atender. Mas é aquela coisa: a lei é feita para todos, para tentar abranger o maior número de pessoas possíveis, às vezes não consegue, mas ela vai tentar regulamentar tudo isso.

Então, agora é tentar dar esses encaminhamentos, é muito importante que nesta audiência pública isso também seja discutido. Mas esses encaminhamentos não são novos, eles já estão rodando há muito tempo e agora é aguardar no Senatran, inclusive eu vi que a última movimentação na minuta de resolução se deu no dia 20 de abril agora, já está praticamente na fase de análise fina e daqui uns dias ou daqui a um mês, dois meses, não sei, pode ser publicado, vindo regulamentar a situação.

Da minha parte eu acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado.



O Celso Galante, da Amosc, iria estar aqui, mas ele não pôde vir, inclusive ele até nos ligou, não sei direito qual foi o motivo, parece que devido à chuva ele estaria de plantão, alguma coisa assim. Mas ele irá apresentar lá na Alesc essa minuta e vai levar para anexar a essas audiências públicas que estão sendo feitas. Foi bom você lembrar, o meu assessor já me lembrou aqui também, eu havia esquecido disso. Realmente tem coisas que tem que ser olhadas, tem que ser olhadas mesmo, porque, por exemplo, a máquina é muito larga para andar na BR ou na SC, que seja, mas nós temos outro problema. Então o cara vai pegar a prancha e vai colocar a máquina em cima, mas essas máquinas grandes, com dois pneus, que são largos, eles também não vão liberar para andar. Aí nós vamos ter que tirar o pneu e vamos demorar meio dia ou um dia inteiro para tirar e para colocar. Então, eu até concordo que a plataforma inteira é difícil, porque é muito larga. Mas nós temos que ver também que nas pranchas vai ter excesso de largura, aí vai ter que tirar o pneu da mesma forma.

Então, vocês vejam o debate, o que é melhor? Ah, de repente então a plataforma, se tira, porque é mais fácil para tirar e levar em cima da carretinha do trator do que a própria máquina, muitas vezes, puxar. Mas quando é para tirar esses pneus, se não me engano são de 700 quilos, se um pneu daquele pesa isso ou mais com roda e tudo, como é que vai tirar isso? Como é que a pessoa vai tirar isso? Tem que contratar um guincho para erguer, olha o custo, gente! Então tem que ter algum lugar de podermos andar com essas máquinas. Eu não vou dizer andar 20, 30 quilômetros, porque é humanamente impossível, mas temos que ter refúgio. Nós temos que achar uma solução, porque senão o custo fica muito alto, não tem como para os agricultores. Eu acho que vai inviabilizar agricultura se nós não conseguirmos mudar esse Código de Trânsito e fazer alguma coisa, claro que isso não depende de nós aqui, depende lá de cima, mas nós temos que fazer o debate porque senão nós vamos ter um problema sério na nossa agricultura. Ou vão ter que começar a fazer marginais, fazer algo e aí não vai ter dinheiro para isso. Sendo assim, eu não vejo o porquê da máquina não poder usar uma rodovia.

Concordo pelo acidente, pela falta do batedor, pela falta de segurança e pela falta de placas de sinalização, aí eu concordo. Andando aqui, ontem, no extremo-oeste, nós encontramos tratores sem batedores e andando debaixo de chuva. O pau pegou, é uma corrida só. Tudo isso a gente entende, nós também estamos errados, o agricultor, eu não estou dizendo que a polícia está errada. A polícia está cumprindo o papel dela, que é o dever dela, porque é lei e tem que ser respeitada. A polícia também tem que respeitar, porque senão vai ser conivente. Eu, agricultor, vou provocar um acidente, mas eu tinha falado com eles e eles fecharam o olho e deixaram ir. E eu depois, no meu relatório, vou dizer: não, mas eu falei com a polícia e eles me autorizaram verbalmente. E aí eu arrumo um pepino para eles. Nós temos que ter bom senso em todos os sentidos para chegar e ser aprovado, isso porque só falar, se não virar lei, não adianta. O policial é nosso amigo, hoje dá uma fechadinha no olho, mas amanhã é trocado o policial também. Então, não nos adianta querer fazer coisa contra a lei, nós temos que achar uma solução para ficar tudo regulamentado e é isso que tem que ser feito.

Foi muito bem colocado aqui pelos policiais, agricultores e autoridades aqui, mas realmente essas audiências públicas são para chegar num determinado ponto para ser bom para a maioria, não vai ser bom infelizmente



para todos. Já se falou de carteira aqui, já se falou disso, já se falou daquilo, mas não vai chegar a 100%, mas que melhore 80%, 85% já está bom, não é? Então, cada um tem que ceder, porque eu também não quero ser um colono e ver uma pessoa da cidade, que vai passear com a família dele, bater atrás ou de frente com uma máquina e perder a vida. Eu também não quero isso, até porque daqui a pouco pode ser eu ou um familiar meu essa pessoa, mas eu também não quero isso.

Então, temos que ter o bom senso, nós temos que ter conscientização. Temos que conscientizar isso com palestras e outras coisas, vamos ter que fazer. Se nós quisermos um pouquinho de regalia para andar com as máquinas na pista, nós também vamos ter que obedecer bastante, também tem esse lado. Até, às vezes, nós falamos em horário aqui, as leis não fecham. Realmente, como o amigo falou, na silagem não tem como ter hora, porque acabou aqui e já vai para a outra. Mas eu acho que a identificação de placas nessa SC ou nessa federal por onde trafegam máquinas por um dia, porque se nós olharmos com carinho para a coisa, o plantio não é o ano inteiro, a colheita também não é o ano inteiro, são ciclos, durante dois meses, três meses, já para a colheita. De vez em quando tem uma safrinha no meio, mas daí é menos, mas quando é a safra mesmo, o bicho pega, tem que trabalhar.

Dando seguimento, passo a palavra para o senhor presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, Fabrício Luiz Stefani.

O SR. FABRÍCIO LUIZ STEFANI – Muito obrigado, Deputado.

Somente no sentido de tentar contribuir aqui e também comentar alguma coisa ao Major. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O nosso foco, na verdade, o nosso problema é o seguinte: o Brasil é um país de dimensão continental, e quando você faz as leis, você faz para o Brasil inteiro. O que se aplica nos Estados produtores, Mato Grosso, Paraná, enfim, subindo, onde são áreas maiores, não necessariamente é a nossa realidade aqui. Qual é o nosso problema, falando especificamente da nossa situação? Nós temos máquinas agrícolas grandes, com rodovias pequenas, para deslocar em pequenas distâncias. Então, qual é o problema de você inviabilizar a agricultura? É você ter que carregar uma máquina e tem desmontar e tirar os pneus dianteiros, porque se você for colocar na prancha excede os 3,20 metros; desmontar os pneus ou fechar os pneus traseiros, demanda praticamente um dia para você carregar a máquina; contratar uma máquina, geralmente se cobra por quilômetro rodado; na nossa situação, nós vamos locar uma máquina por 10 quilômetros, 15 quilômetros. Então, você já tem que pagar uma diária ou duas, você tem o tempo de carregar, chegar ao local, montar a máquina, descarregar e voltar. Isso envolve, no mínimo, uma operação de dois dias. Talvez o que acontece é que a nossa realidade é um pouco diferente do resto do país, quando se fala em sul, ou especificamente aqui da nossa região. Então, talvez essa inviabilização aconteça para nós e não em outros locais.

Quando eu falei em bom senso, é essa prática do bom senso, a prática de o condutor ter a CNH, talvez precisar ter um curso para transitar, ter a instalação das placas de sinalização e obedecer ao mínimo de legislação. Mas nós estamos falando aqui em percorrer pequenas distâncias e é isso que torna oneroso para nós. E quem é proprietário de máquina geralmente não vai ter a disponibilidade ou não vai querer transitar com uma máquina agrícola 30 quilômetros, 40 quilômetros, 50 quilômetros, pois você desgasta a máquina, vai



quebrar ela, você vai ter reflexo na frente. Então, distâncias maiores por necessidade você irá carregar.

Eu acho que a nossa questão aqui – falando especificamente dos pequenos produtores e produtores da nossa região – é podermos encontrar esse bom senso na legislação, colocarmos isso no papel para que o produtor fique resguardado de qualquer impunidade, e que o policial, obviamente, que vai cumprir o seu dever, também não seja penalizado, amparado pela legislação e que nós consigamos achar esse bom senso de pelo menos ser possível percorrer pequenas distâncias.

Hoje, como eu falei, existe o bom senso aqui e a gente tem um excelente relacionamento. Não vejo relatos, não fiquei sabendo de relatos em que teve algum problema. O nosso problema é percorrer essas pequenas distâncias. Hoje nós temos a SC-155, logo nós teremos a SC-350, que vai até Faxinal dos Guedes, irá cortar muitas propriedades, como eu falei, sem querer ser repetitivo, são para pequenas distâncias. Então, acho que a gente tem que encontrar nisso tudo e extrair dessas situações a maneira para transitar com essas máquinas, quais os horários, qual a segurança e o que precisa ter para percorrer essas pequenas distâncias.

Não sei se respondi, Major, talvez tenha colaborado com o senhor no que o senhor havia pedido.

Então, o nosso medo da inviabilização é, sim, esse tempo que você perderia percorrendo pequenas distâncias.

Obrigado, Deputado. Desculpa por tomar a palavra novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Muito obrigado. Passo a palavra para o senhor Miguel Fragoso, aqui de Abelardo Luz.

O SR. MIGUEL FRAGOSO – Boa noite, Deputado, boa noite, nosso Prefeito.

Eu represento Marcelino Ramos. Sou abelardense, morei vinte anos fora, no litoral. O que eu sugeriria hoje, vendo a dificuldade dos nossos grandes agricultores aqui com o transporte de maquinário? Eu atuei por dez anos na área da vigilância, com transporte, como agente de escolta armada, e o que nós fazíamos? Nós pegávamos, por exemplo, muitos transformadores da WEG, que teria que transportar com carretas, uma empresa multinacional, não é? Morei dez anos em Jaraguá do Sul, e nós íamos com uma escolta atrás e outra na frente. Em certas curvas nós estaríamos a 50 metros atrás e a 50 metros adiante. Tiveram alguns locais em que a empresa não contratou dois carros de escolta e nós atuamos somente com um carro, mas tivemos o acompanhamento da PRF, naquele período em que era mais estreita a BR.

E o que eu sugeriria hoje aqui dentro de Abelardo Luz? A gente tem a estrada da Caluba, na qual a gente vê os maquinários grandes transportando até na frente, aqui próximo à rodoviária, não é? E dentro de Jaraguá do Sul, naquele horário, o trem também passa e lá tem semáforos, tem sinalizadores e quando o trem está passando em direção onde o fluxo é maior de carros, o trem já vem buzinando e quando há problema na sinalização, vem um carro na frente, também sinalizando que ali está passando o trem naquele momento. E aí para a cidade em torno de dez a quinze minutos. Então, eu sugeriria colocar um semáforo com os radares, naquele horário em que passa o maquinário, e o proprietário pode designar também um carro com um funcionário dele, um na frente e outro atrás, com os alertas ligados sinalizando aquele transporte. Muitos proprietários desses maquinários têm condições. E hoje, não pode parar o



transporte desse maquinário porque é necessário dentro de Abelardo Luz. Eu morei vinte anos fora e vi Abelardo Luz crescendo muito, está evoluindo bastante, o nosso Município está de parabéns.

Então eu sugiro que o proprietário coloque a máquina na rua, um carro atrás sinalizando e outro na frente. Na questão da habilitação teria que ser cobrada severamente. Eu trabalhei de motorista de caminhão também e a gente tem que fazer todo mês, mesmo não atuando na área, tem que ir lá fazer o exame toxicológico e para quem que vai conduzir aquela máquina teria que ser cobrada a habilitação, o exame, e o tamanho do maquinário também. Eu acho isso muito necessário.

São essas palavras que eu diria hoje. O nosso Município teria que ter essa sinalização. É muito fácil resolver esse problema. Não há uma dinâmica maior além disso. É bem fácil, não é? Não sei se cabe na lei colocar dois carros, um na frente e um atrás, do próprio proprietário, o que está conduzindo estar habilitado, e estando dentro da lei para fazer esse transporte.

Agradeço pela concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Miguel.

Mais alguém quer se pronunciar? (*Pausa.*)

Vocês têm certeza? Mais ninguém? Fiquem à vontade. Eu gosto de escutar os outros falarem, por isso que eu estou fazendo propaganda para o pessoal falar. Eu não gosto de falar muito, mas gosto de escutar os outros falarem.

Passo a palavra ao senhor Manoel Antunes Pereira, chefe de Operações da Polícia Rodoviária Federal de Chapecó.

O SR. MANOEL ANTUNES PEREIRA – Sou o policial Antunes, chefe de operações em Chapecó.

Estava ali sentado atentamente escutando a audiência e percebi uma situação interessante. Existe uma resolução que está sendo construída no Contran, e eu percebi - eu posso estar enganado -, que o pessoal que está aqui discutindo o problema da região aqui de Santa Catarina, desconhece o que está vindo do Contran. Estamos discutindo um problema aqui e está sendo construída uma nova regra lá em Brasília. Então é interessante para as próximas audiências o pessoal se inteirar do que está sendo construído em Brasília, para saber se o que está vindo se aplica à região de vocês.

Essa mudança da regra geral pode não se aplicar a vocês aqui de Santa Catarina. Eu sugiro que o Parlamento busque uma regra de exceção para a região, considerando as peculiaridades da região, que só vocês conhecem. O Brasil não conhece a realidade daqui, como o presidente do sindicato disse. A observação que eu faço é essa: buscar saber o que está vindo na nova resolução e atacar os pontos que vocês acham que são inadequados. Essa questão sobre se vai ter prancha, se não vai ter prancha deve estar vindo na resolução.

Então, é essa observação que eu tenho a fazer para as próximas audiências, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado.

Bem colocado, já está em andamento.

Alguém mais gostaria de se manifestar?

Se todos já se cansaram e ninguém mais quer falar, vamos agradecer a Deus por esta audiência pública em que deu tudo certo. Todo mundo tranquilo,



cada um que falou explanou da sua forma. Então, agradecemos a Deus por nós estarmos aqui, agradecemos a cada um e a cada uma de vocês que participaram aqui.

Quero agradecer os meninos e as meninas da Assembleia Legislativa, que sempre fazem um belo trabalho e nos aturam, agradecer ao Prefeito, ao Presidente da Câmara, aos policiais a todos aqui da mesa.

Desejo que Deus possa abençoar a cada um de vocês, e que vocês estejam com muita saúde e felicidade na vida de vocês. Essa parte aqui com certeza vai dar certo. Eu sempre digo que a gente tem que ter fé, quando a gente tem fé, as coisas acontecem. Então nós vamos ter muita fé e em conjunto nós vamos conseguir melhorar essa questão de máquinas nas rodovias. Não é para prejudicar ou alegrar alguém, é fazer o correto, fazer leis e daí ninguém mais se incomoda. No momento que tem lei, seria como quando a polícia nos para nas rodovias estadual ou na federal, e a gente está com carteira vencida, a gente sabe, não é? A gente já começa a tremer antes de entregar os documentos para eles, porque já vão ver. Então, é isso que nós não queremos, nós não queremos tremer. Nós queremos ter certeza que estamos certos, e que eles vão dizer assim: boa viagem e façam a colheita de vocês, que Deus abençoe vocês. É isso que nós queremos. Para nós fazermos uma colheita boa, ter uma vida boa, em harmonia um com o outro, porque dessa vida a gente não leva nada. Não se leva nada dessa vida, só o tempo que nós vivemos aqui, e ter amizades porque isso é importante.

Então, eu fico muito feliz por poder fazer esta audiência aqui. Quero agradecer novamente ao Presidente da Câmara por ceder o espaço; ao pessoal da Assembleia Legislativa, os meninos e as meninas; os meus assessores; e a toda população aqui de Abelardo Luz e região, pois veio gente de outros Municípios, que bom que vieram. Que Deus abençoe a cada um.

Uma boa-noite e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Rafael José de Souza / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]*

**DEPUTADO ESTADUAL OSCAR GUTZ
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**